

GEOPOLÍTICA E AS RELAÇÕES ECONÔMICAS E DE PODER NA ESFERA INTERNACIONAL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS DE UM MUNDO INSTÁVEL

Jonathan Guedes da Silva Ricardo¹

GEOPOLÍTICA E AS RELAÇÕES DE PODER INTERNACIONAIS

A história e a própria filosofia da humanidade nos mostram que, num determinado momento, os homens perceberam que mais valia à pena, em termos de defesa e de garantia mínima da ordem coletiva, a união entre eles do que a condição de selvageria que era passível de se instituir se a regra do “cada um por si” se fizesse presente. Neste sentido, abrir mão – em alguma medida – de sua liberdade em nome de salvaguardar sua própria vida seria uma troca digamos que justa. E foi nessa medida, com uma série de transformações históricas e sociais, que o agrupamento de pessoas foi cruzando os cenários até que chegássemos à atual organização de um mundo dividido em Estados tais como conhecemos.

Importante que se diga que quando, aqui, se falar de Estados, compreenda-se como sendo os países. No entanto, o intuito deste trabalho não será analisar o histórico da formação desses Estados, mas analisar as relações entre os países por meio de contribuições da geopolítica como campo científico fundamental para compreender o mundo e suas complexidades.

A geopolítica é justamente este instrumento que tem como objeto o estudo das confluências de poder entre países e seus subprodutos (empresas, por exemplo). O poder, tema tão focado em tantas áreas de estudo como Educação, Economia, Política, etc., também se volta para a questão da influência que um determinado país pode ter (ou de fato tem) sobre o mundo. O poder poderia ser, numa imagem desenhada, os tentáculos que um país dispõe para influenciar (positiva ou negativamente), forçar, ameaçar e tudo mais que o poder em si mesmo lhe garante.

Não se deve deixar de reforçar que, por conseguinte, existe a evidência profunda de que “na nova ordem mundial, os países que concentram a maior parte das riquezas acabam

¹ Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Graduando em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador em Educação, estudos socioeconômicos e estudos internacionais, associado a grupos de pesquisas na UNIRIO, UFRJ e Universidad de Guadalajara, México. Atuou como delegado observador da gestão da Sociedad de Alumnos de la Benemérita Universidad de Guadalajara durante o primeiro semestre de 2016.

detendo também a maior fatia do poder de decisão sobre os destinos do mundo” (PRAXEDES; PILETTI, 1995, p. 21)

É um ato de poder ter nas mãos a prerrogativa de denominar² coisas, fenômenos, nações. Os Estados Unidos da América (EUA), por exemplo, pelo peso – político, econômico, social, cultural – que possuem no cenário internacional, influenciam com força o mundo. Uma decisão tomada pela potência mundial necessariamente impactará a vida de todo o globo terrestre – observe que nem me refiro apenas à questão da globalização, que gera interdependência generalizada, já que possuem uma particularidade muito própria em termos de poder.

Desde jovem o país desenvolve e alimenta uma série de filosofias que contribuíram não apenas para sua própria construção e fortalecimento como nação, mas para abrir uma frente de conquista que desconsideraria o que lhe fosse diferente. A própria anexação, ocupação e os processos de independência incentivados pelo EUA de territórios que pertenciam ao México, e que nunca foram recuperados, mostram a desgraça mexicana de ter logo como vizinhos os idealizadores de um quase “mundo americanizado”.

A decisão dos EUA de deslocar a embaixada norte-americana de Tel-Aviv para Jerusalém, por exemplo, levou muitos países a reverem seus posicionamentos sobre a questão. Um exemplo foi a Guatemala que, sensível a ajuda econômica que vem do Norte, muito certamente temia eventuais retaliações por parte do governo norte-americano. Aliás, o recado fora dado pelo presidente Donald Trump: tomar-se-ia nota de todos os países que votassem contra a proposta defendida amplamente pelo gabinete presidencial norte-americano.

É interessante notar que poder está muito ligado à questão de como se percebe este poder por terceiros. Ter poder sem que os outros se dêem conta de que esse poder realmente existe é algo que não faz muito sentido. Além disso, esse poder, em termos de Estados, pode se dar basicamente – inclusive de maneira simultânea – por dois caminhos: o poder que emana da capacidade militar e econômica do Estado e o poder que se utiliza de mecanismos ideológicos e culturais para influenciar o entorno.

Os EUA, por exemplo, indiscutivelmente se utilizam dessas duas maneiras de exalar seu poder. O fator de ser a maior economia mundial com seu exército bem equipado e poderoso

² Importante que se reflita sobre esses questionamentos: Quem classifica quem é o terrorista? Quem tem a prerrogativa de dizer se um país é do “bem” ou do “mal”? Quem, unilateralmente, pode dizer qual a capital de outro país, passando por cima de deliberações internacionais? Quem tem o direito de invadir países, rescindir acordos ou tomar decisões individualmente em nome do “bem” do mundo?

somado ao estilo de vida americano (empresas de fast food, músicas, literatura, moda, etc.) que alcança do México à Tailândia, passando pelo Japão e por Serra Leoa, representa o poderio (e por que não a própria presença do país em si) para além de suas próprias fronteiras.

Já a Rússia, por sua vez, embora seja uma potência que rivaliza com os EUA por suas capacidades políticas e nucleares, não tem tanta influência sobre a literatura ou a música que é consumida no mundo. Dificilmente alguém na rua saberia um estilo de música ou um autor muito famoso que sejam russos. A França, por sua vez, historicamente investiu na sua própria projeção no mundo pois percebeu que isto também asseguraria, de certa forma, sua base de poder no mundo. Seja pela língua, seja pela construção da ideia do francês com características bem específicas, etc.

Com relação ao Brasil, “ainda que a França não tenha exercido grande influência na economia ou política [...], ela contribuiu na mudança dos hábitos culturais cooperando na construção da identidade brasileira e na reestruturação das artes” (MENDES; CARVALHO, 2015, p. 12).

ESTADO E SOBERANIA

O Estado como estrutura de poder é alguma coisa que requer todo um aprofundamento filosófico para que seja compreendido de forma significativa. Neste trabalho não se enfocará nessas reflexões de maneira acentuada. Aqui o importante é diferenciar este conceito da ideia de governo, já que este último seria a instância burocrática que tem as prerrogativas legais adquiridas ou usurpadas para administrar (governar) e representar o Estado a qual é vinculado, e que, para tanto, adotará uma série de medidas políticas.

Ao passo que os governos são temporários e mais instáveis tendo em vista que estar no poder significa não só ter capacidades de negociar a todo instante inclusive com blocos de oposição à situação, mas também resistir a todo tipo de forças, ocultas ou visíveis, que buscam uma eventual derrubada do governante em exercício,

[...] o conceito de 'Estado' serve apenas para indicar e descrever uma forma de ordenamento político surgida na Europa a partir do século XIII até os fins do século XVIII ou inícios do XIX, na base de pressupostos e motivos específicos da história europeia e que após esse período se estendeu — libertando-se, de certa maneira, das suas condições originais e concretas de nascimento — a todo

o mundo civilizado (SCHIERA in BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1983, p. 425).

Há duas correntes fundamentais que, desenvolvidas ao longo da história por diferentes pensadores, têm como foco o surgimento do Estado bem como seu papel-base frente à sociedade que também emerge quando aquele ganha aquela roupagem. A primeira defende uma filosofia histórico-indutiva, e a outra uma perspectiva lógico-dedutiva.

A histórico-indutiva, que teve como precursor Aristóteles, usando-se de um olhar que, como o nome sugere, vem muita da própria história das sociedades, prega que o Estado é um poder que emergiu porque a própria sociedade avança em termos de desenvolvimento político, moral, econômico, e o Estado tem esse papel de garantir a ordem e, conseqüentemente, o *status quo* vigente.

A filosofia lógico-dedutiva, por sua vez, tem como representantes os teóricos do contratualismo: Hobbes e Rousseau. Essa perspectiva dialoga com as premissas que foram colocadas logo no primeiro parágrafo deste artigo, que colocam ênfase na busca pela consolidação do Estado não como alguma coisa histórico-evolutiva, mas como resultado da indispensabilidade de um ator maior que garanta a ordem num cenário de caos instalado.

Um Estado poderoso é aquele que possui as faculdades de fazer valer tanto o cumprimento e respeito de sua soberania interna como também externa. Soberania, portanto, seria a ideia de que em determinado território há um poder legítimo que comanda. O próprio surgimento do Estado e a formação de uma força (profissional) para protegê-lo se dão numa relação muito umbilical.

E a questão da soberania é um elemento que, quando olhamos a história do mundo, foi o gerador de muitos conflitos e guerras entre diferentes grupos de pessoas e/ associações políticas³. Por razões que a própria realidade nos mostra, esses atritos ainda pairam mesmo na segunda década do século XXI.

Israel e Palestina, por exemplo. A declaração de independência do Estado de Israel num território reivindicado pela Palestina é uma problemática que se arrasta até hoje, sem perspectivas reais que apontam para a solução do impasse em, pelo menos, médio prazo. A soberania do território em disputa é, digamos, uma questão de honra para ambos os lados.

³ Já que, como é sabido, nem sempre os Estados tinham essa denominação e forma jurídica.

Sem querer entrar no mérito da disputa, é interessante observar o quanto todo ato – moral ou não – que surge da luta pela conquista (no caso da Palestina) ou pela defesa (no caso de Israel) pode se justificar do ponto de vista de *Acciones ex lege*⁴ que cada lado considera como correto e inquestionável, seja do ponto de vista jurídico, divino ou político.

A luta pela soberania de territórios que se tentam reaver sob justificativas de injustiça de posse traz à visibilidade de que são necessárias “revisões de limites territoriais mediante o uso da força” (SCALERCIO, 2003, p. 144). E que se torna, em muitas situações, não uma pauta de governo, mas, sobretudo, uma pauta de Estado.

Aliás, é importante ter em mente que:

A fronteira não é apenas uma linha mapeada cartograficamente e descrita em seus marcos geodésicos com a finalidade de separar duas ou mais unidades espaciais. Se assim o fosse, os problemas relativos aos limites territoriais se restringiriam à tecnologia empregada para proceder referido traçado e descrição. (SILVA; TOURINHO, 2017, p. 97).

Longe de ser alguma coisa estática, estável, a fronteira significa o dinamismo de uma realidade pautada pelas trocas comerciais e pelos acasos que fogem ao controle dos Estados em situações como o contrabando, migração ilegal, crise de refugiados e incidentes de maneira geral. Por outro lado, fronteira é sinônimo de soberania, de direito e de *status* que coloca o Estado como o poder legítimo que responde por tudo aquilo que está da demarcação imaginária (mas que não se deixe enganar: muito cheia de intensidade e significado) para dentro.

É interessante que as fronteiras como construções marcadas pela ação do homem no espaço parecem muitas vezes escapar as regras e as concepções já aparentemente consolidadas na geopolítica. Tão dinâmicas são as fronteiras que em algumas situações, como no caso da Ilha dos Faisões⁵, elas nos aparecem como algo complexo, de difícil definição que abarque todos os significados que imprimi num mundo que também é uma incógnita. Até porque, em termos estratégicos, seria inconcebível tanto para um governante de um reino dinástico dos tempos das sociedades mais primitivas quanto mesmo para um geopolítico realista imaginarem esse tipo de situação, de administração internacional compartilhada⁶.

Por fim, sobre essa questão de soberania dos Estados, é primordial apontar a importância do Tratado de Vestália, assinado no ano de 1648, que é apontado como a base inaugural do

⁴ Ações (precedentes) da lei.

⁵ Que durante seis meses está sob domínio francês, e nos outros seis meses baixo a tutela do Estado espanhol.

⁶ Quando dois Estados administram, em termos político-econômicos, e através de acordo previamente consolidado, um mesmo território.

sistema internacional moderno, e que, portanto, é objeto de estudo das Relações Internacionais. Dentre outras providências, as principais giravam em torno da defesa da soberania estatal, e da organização do espaço internacional, mesmo que englobasse apenas algumas unidades de um contexto amplo e com muitos espaços desconhecidos do ponto de vista dos chamados eixos centrais, em estados-nações.

O MAPA E O PARADIGMA MUNDANO EUROPEU

Ao longo do complexo processo de formação e consolidação dos Estados-nacionais, estes contaram com uma série de ferramentas fundamentais para escrever e disseminar, até a internalização por parte de um coletivo, uma história-narrativa que desse conta de definir identidades a partir de uma diversidade que, pouco a pouco, foi funilada – culturalmente falando – até uma definição identitária uniforme e amplamente reconhecida por outros agrupamentos além-fronteiras.

Uma dessas ferramentas foram os mapas. Multifuncionais que são, os mapas, naquele período, além de dar “corpo” à instituição estatal e garantir uma estabilidade em sua operação, permitiram que os homens tivessem no papel o poder de desenhar o mundo e o meio ambiente a partir de suas próprias convicções políticas. Isto, sem dúvidas, constrói no imaginário social todo um paradigma que, dia após dia, se torna mais inviolável de questionamentos e oposições.

Radiante a contribuição trazida por Nunes (2016, p. 99) quando explana que:

As distorções intencionais dos mapas geralmente servem à propaganda política e ideológica, impostas pelo governo ou por interesses particulares. O ‘silêncio’ dos mapas consiste na omissão de determinadas informações com a finalidade de ressaltar outras características mais importantes do território. Por fim, a hierarquia pode ser utilizada como forma de atrair a atenção para pontos específicos.

A propósito, a maneira como os territórios foram e continuam sendo representados mesmo nos dias atuais representam visões de mundo que colocam determinados espaços relativamente maiores ou menores que outros; ou colocando ênfase em um ou mais territórios; ou mesmo apresentando o mundo onde os hemisférios norte e sul trocam de posição, etc. A própria maneira como o símbolo da ONU representa o mundo representa uma visão de mundo

que põe enfoque no enfrentamento EUA-URSS, com a Europa mais ao centro e a América Latina e a África mais à periferia.

A título de curiosidade, não seria essa maneira de colocar EUA, Europa e os países desenvolvidos mais acima e os demais na parte de baixo uma estratégia construída para formar determinada visão de e do mundo? É de causar espanto o próprio espanto das pessoas quando olham um mapa que foge a essa concepção tão enraizada, que coloca o Brasil justamente lá em baixo no mapa, por exemplo. Ora, se a direção utilizada nos mapas e outras representações fazem parte de uma convenção internacional e não da realidade tal como é, se torna incompreensível o engessamento em retratar o mundo sempre da mesma forma.

A própria invenção dessa narrativa de descoberta de um tal Novo Mundo por parte de determinados grupos europeus serviu de base para a colonização de outros povos e também para a representação de mapas que colocavam a Europa no centro do mundo. A adoção do Meridiano de Greenwich reforça essa premissa de eurocentrismo, em que o paradigma e as visões de mundo historicamente construídos perpassam por um tempero europeu.

APROXIMAÇÕES ENTRE PASSADO OBSCURO E ATUALIDADE EMBARAÇADA: O ESTADO E O PERIGO DA CRENÇA DA SUPERIORIDADE NACIONAL

A política nazista, que muito se baseou nas ideias teóricas desenvolvidas por Friedrich Ratzel, tinha como uma de suas principais filosofias o chamado mito do corpo do povo alemão, que pregava uma tal pureza da raça ariana que deveria ser preservada e livre de qualquer tipo de miscigenação com outros grupos.

Embora nos tempos atuais a grande maioria dos países condene essas práticas de discriminação e xenofobia, e por mais que os organismos internacionais se mostrem comprometidos em formar uma frente que promova princípios de integração, respeito aos direitos humanos e solidariedade no âmbito internacional, a realidade nos mostra que, mesmo em diferentes níveis, visões que eu chamo de perigosas⁷ ainda pairam em pleno século XXI.

É um fenômeno interessante as lembranças que se perpetuam por entre a comunidade internacional que põe luz naquela Alemanha da qual a humanidade precisa lembrar para não repetir os erros do passado, mas acabamos nos esquecendo que a xenofobia, o etnocentrismo e o extremismo são males sociais que não ficaram para trás com aquele Estado, mas que precisam

⁷ Em atenção justamente ao caráter potencial do que representam para a humanidade em curto e também em longo prazo.

ser combatidos todos os dias ainda hoje. E é de um país que se mostra como exemplo de democracia com princípios bem marcantes que garantem, por exemplo, a ampla liberdade de seus civis, que este trabalho buscou relacionar o texto trabalhado: os Estados Unidos da América (EUA).

A onda de extremismos que tem tomado conta de diferentes países nos últimos anos acabou atingindo aquele país da América do Norte. A chegada de Donald Trump à cadeira de presidente do país acendeu um alerta no globo justo porque sua plataforma política pregava a necessidade de se colocar o país em primeiro lugar a qualquer custo (seu lema de campanha era o *America First*). E isso não nos moldes tradicionais, como é próprio dos interesses de cada Estado. Se o período de campanha em si foi tumultuado, a confirmação de sua eleição significou um retrocesso que prometeria deixar feridas marcantes tanto dentro como fora do país.

Entre os grupos que apoiaram a candidatura de Trump temos os integrantes do grupo de ódio Ku Klux Klan (KKK). Este grupo, formado por supremacistas brancos, apóiam-se nos mesmos moldes de uma sociedade com determinado perfil e em contra de grupos como os negros, os judeus, os latinos, os imigrantes e os homossexuais. Os ideais nazistas são uma importante base que busca encorpar as narrativas sobre quem é (ou deveria ser) o povo americano e o poder que possuem para agir com violência e dominar grupos diferentes/minorias. Recuperar de volta o país é um princípio do KKK que se relaciona com as promessas de Trump e que, por sua vez, esbarra nos princípios do próprio nazismo. E embora tenha tentado se descolar do grupo, o magnata sabe que tem uma dívida eleitoral com esses apoiadores de sua campanha.

Ainda em pré-campanha, Trump chegou a dizer que “cuando México nos manda gente, no nos mandan a los mejores. Nos mandan gente con un montón de problemas, que nos traen drogas, crimen, violadores...”, e foi mais além: “no quiero nada con México más que construir un muro impenetrable y que dejen de estafar a EE.UU.”⁸. Seus duros ataques ao México e ao povo mexicano (que, por trás, traz ataques à própria América Latina) e seus polêmicos decretos que visavam impedir a entrada de cidadãos de um grupo de países (todos de maioria muçulmana), somados a ideia do famoso “muro” na fronteira sul e os discursos altamente

⁸ Retirado da matéria da BBC Mundo que fez a cobertura de alguns dos pronunciamentos mais polêmicos do presidente sobre o México e os mexicanos. Disponível em: <http://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-37231890>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

nacionalistas são alguns pontos que se revelam muito preocupantes do ponto de vista do que esses discursos potencialmente representam.

Isolar os EUA por entre seus próprios muros, longe de qualquer perigo que os mexicanos, os muçulmanos e o mundo representam para o país, me faz lembrar a ideia da “limpeza” e da “pureza” da raça ariana defendida lá atrás na Alemanha nazista. Os EUA de Trump parecem evitar ao máximo o contato com o outro, com o não-americano, sobretudo quando ele vem de determinados pontos do globo terrestre.

Essa ideia do muro em si carrega uma carga simbólica muito entranhável. Sentimentos de intolerância e aversão ao outro estão muito ligados a esta barreira que, por sinal, divide ainda mais os povos num momento em que a polarização torna-se uma pauta emergente dentro da realidade de muitos países.

Outra coincidência que chega a causa arrepios leva em conta alguns elementos da constatação trazida por Ribeiro Junior (1987, p. 40) sobre as três frentes de desenvolvimento do nazismo. Dois deles, que seriam o controle descarado da máquina pública para atingir funcionários que ajam de maneira independente ao governo⁹, e o uso do fator “terrorismo” como mecanismo para consolidar determinados pensamentos por entre a sociedade e, assim, justificar determinadas ações, são frentes que também resumem o modo de operação política do empresário nova-iorquino. Nota-se, por exemplo, que o terrorismo que vem do México (entendido com o conjunto de questões que envolvem narcotráfico, migração ilegal, etc.) pode ser evitado com a construção do muro, nesta concepção trumpiana.

As constantes intervenções norte-americanas por entre diversas esquinas do mundo ao longo do tempo, muito além daquela visão dos EUA como país comprometido em solucionar os problemas mundiais, significa legitimar suas prerrogativas expansionistas. Em 1989, quando invadiu o Panamá sob o pretexto de capturar o ditador Manuel Noriega e restaurar a ordem no país, na verdade aquilo representou em linhas mais profundas que é quase que natural que um Estado mais forte – ainda mais ele sendo a superpotência mundial – invadissem um Estado mais fraco. As questões de poder ficam escondidas sob os discursos que buscam justificar tal invasão militar de um país soberano num ponto de vista lógico e racional. Não à toa o nome da operação: *Just Cause* (Operação Causa Justa).

⁹ As demissões do diretor do FBI James Comey e do diretor adjunto do FBI Andrew McCabe, sem contar com os constantes ataques contra outros funcionários do Estado e grupos políticos, como o do próprio procurador Robert Mueller, ilustram essa hipótese. McCabe, por exemplo, era um dos responsáveis pela investigação que analisava o papel da Rússia sobre as eleições americanas do ano de 2016.

Ao olharmos as políticas externas dos EUA (não apenas sob o comando do magnata do ramo imobiliário) podemos notar que historicamente invasões (como a conquista de grande parte do território mexicano e a própria marcha para o oeste), guerras (Iraque, Síria, Panamá, etc.) e outros mecanismos políticos são corriqueiramente utilizados pelo país por se colocar num patamar distinto ao do resto do mundo. A própria filosofia do *Destino Manifesto*, por exemplo, embasa a defesa aqui apresentada.

Finalmente, por mais que estejamos num outro contexto, tomar as devidas cautelas para que não se repitam os erros do passado se torna vital para a humanidade, já que, em minha concepção, a filosofia que constitui a história e a própria política de um modo geral dos EUA – sobretudo sob o comando de Trump – se mistura um pouco com as essências da Escola alemã, que tanto pregava a superioridade de determinado grupo muito específico (no caso, a raça ariana) sobre os demais.

DIVERSIDADES UNIFORMIZADAS: O CONCEITO DE COLETIVO IDEALIZADO

Quem é o “mexicano”? Muito provavelmente virá à mente a ideia da população daquele país da América do Norte, com seus trajes típicos do *mariachi*, com o bigode e o *sombrero* grande posto à cabeça, sem se esquecer da *botella de tequila* em mãos. Essa visão que *determina* quem é não só o mexicano, mas o brasileiro, o francês, o japonês, o russo, etc., é uma construção social que se confunde muito com a própria consolidação dos Estados nacionais a partir do século XVIII.

Os Estados serão muito potentes em criar uma história (imaginária, que muitas vezes está bem distante do que poderia ser apreendido como natural) sobre cada um de nós. Essas histórias são construídas a partir de uma plataforma que busca justamente *tocar/ mobilizar* os sujeitos, criando um sentimento generalizado de orgulho, de amor incondicional à pátria. Essa chamada construção social, importante que se diga, não significa necessariamente ficção ou uma mentira sobre a identidade nacional das pessoas que fazem parte daquele Estado em particular.

Quando estamos em outro país e fazemos novas amizades, ao perguntarmos quem somos, depois do nome, a nacionalidade é a nossa primeira forma de identificação como

indivíduos ubicados no mundo. Repare bem que grande parte do que somos o é porque pertencemos a um Estado.

Aliás, para sobreviver, seria necessário ao Estado que se criasse uma filosofia de pertencimento e, portanto, de construção de uma identidade nacional por entre aqueles indivíduos que estavam sendo, por diferentes formas – principalmente pelo emprego da violência e da submissão-, integrados àquela nova coletividade.

Ora, quem seria o mexicano dos contextos anteriores à conquista espanhola se não que uma diversidade de grupos que sequer se conheciam? Mas com a colonização (esqueça-se a ideia inútil de descoberta), utilizando-se de artifícios da religião Católica, da língua espanhola e da adoção de instrumentos materiais que demonstravam poder, pouco a pouco se buscava desenhar quem era o sujeito que precisava ser primeiro amansado para depois ser ensinado segundo os preceitos do colonizador.

O fundamental aqui é romper com aquela ideia de nação numa concepção uniforme, construída a partir de estereótipos historicamente construídos a partir da própria capacidade humana de imaginar. Aliás, é interessante notar que essa mesma capacidade é que confere validade, digamos assim, a existência de uma nação, pois existe toda uma construção social – tanto em termos internos quanto externos (usando como ponto de referência as próprias fronteiras da nação) – que sustenta a imaginação sobre quem é o mexicano, que é o panamenho, quem é o brasileiro, etc.

Não à toa o conceito de coletivo idealizado. Da Rússia, há a ideia sobre quem é o brasileiro (aquele conjunto de cidadãos que falam português, que sabem quem é o Neymar, que gostam de futebol e que tem no samba um importante aspecto de sua cultura); ou da África do Sul sabe-se que o francês é conhecido pela culinária, que fala francês, que não toma banho todos os dias e que tem um dos melhores perfumes do mundo.

“Ideal” pode trazer uma ideia de projeção de alguma coisa. Perceba-se que a representação desse ideal pode se dar de uma única maneira em detrimento de outras tantas possibilidades que, *de facto*, existem. O mexicano, por exemplo, do ponto de vista externo (mas não apenas deste), é uma identidade quase (ou mesmo totalmente) que única: engloba praticamente uma única região do Estado de Jalisco. Aliás, é este Estado o produtor cultural do que, no senso comum, é o México.

Ao romper com aquela concepção superficialmente idealizada, de forma muito engenhosa conseguiremos perceber com profundidade uma digamos disputa (muitas vezes mascarada, ocultada, esquecida) que existiu durante a formação dos Estados-nações e que continua existindo até os dias atuais dentro de muitos países em termos de diferentes identidades culturais colocadas sobre a égide de uma identidade nacional construída.

E se “o” mexicano e “a” mexicana não existissem? Se relacionarmos a ideia da construção social como um tipo ideal imaginado, corremos o risco de chegar ao abismo epistemológico de colocar em dúvida todo tipo de generalização que envolve, por exemplo, as identidades nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar ao leitor algumas reflexões sobre a maneira como o poder atravessa as relações humanas e entre as nações. O estudo do poder é uma ferramenta essencial na medida em que nos permite uma análise da sociedade mais refinada e de maneira crítica, entendendo que:

[...] o poder não se limita somente ao âmbito político, pelo contrário, sempre esteve presente nas relações humanas. Onde existem pessoas, aí está uma relação de poder. O homem, apesar de constantemente encontrar-se envolvido nestas situações, não chega a perceber de modo claro. (BRÍGIDO, 2013, p. 57).

Na geopolítica, que tem no poder um objeto valioso de leitura e releitura do cenário que nos cerca, olhos atentos enxergam nas ações, por exemplo, de determinados Estados e também na submissão de outros àquelas, ideias que muito fazem lembrar as concepções de vigiar e punir numa perspectiva foucaultiana. Mais do que usar a força do “poder” sempre, mais vale uma única punição “seja espetacular para que os outros tenham medo” (FOUCAULT, 2004, p. 217). Isso faria lembrar a hegemonia norte-americana?

Finalmente, com uma série de disposições teóricas, históricas e reflexivas, se buscou colocar enfoque no quanto a apresentação e distribuição do poder no mundo permite que as relações econômicas e políticas se desenvolvem no meio internacional formado por atores tão diversos quanto instáveis.

REFERÊNCIAS

- BRÍGIDO, E. I. Michel Foucault: Uma Análise do Poder. **Rev. Direito Econ. Socioambiental**. Curitiba, v. 4, n. 1, p. 56-75, jan./jun. 2013.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.
- MENDES, R. A.; CARVALHO, A. Os modos de vestir e a influência francesa na Belle Époque carioca. **Iniciação** - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística. São Paulo, v. 5, n. 2, p. 10-21, nov. 2015.
- NUNES, M. B. Cartografia e paisagem: o mapa como objeto de estudo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 65, p. 96-119, dez. 2016.
- PRAXEDES, W.; PILETTI, N. **O Mercosul e a sociedade global**. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- RIBEIRO JUNIOR, J. **O que é Nazismo?**. 2. ed. Brasiliense: São Paulo, 1987.
- SCALERCIO, Márcio. **Oriente Médio** - Uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- SCHIERA, P. Estado Moderno. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- SILVA, M. L.; TOURINHO, H. L. Z. Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), v. 9, n. 1, p. 96-109, jan./abr. 2017.

RESUMO: O presente trabalho científico tem como propósito apresentar os principais conceitos de Geopolítica, analisando de maneira crítica a distância existente entre teoria e a realidade que envolve as relações entre os diversos atores globais, representados pelo papel dos Estados (entendam-se aí os países). Para tanto, a revisão de literatura será fundamental para que se possa passear entre as contribuições trazidas por especialistas dessa área relativamente jovem das Ciências Sociais e, mais, apreendê-las de maneira mais aprofundada a partir de uma reflexão que se pretende aqui desenvolver. Trazer os aportes históricos para o cenário atual do meio internacional será uma estratégia para que a compreensão permita extrapolar o que muitas vezes não somos acostumados a desenvolver quando estamos sob uma mídia que se volta exclusivamente para os princípios euro e norte-americano-cêntricos. Destacar-se-á, ainda, o quanto o mundo, ao passo que cada vez mais se torna multilateral, pode tender – em alguns momentos mais e, em outros, menos – para instabilidades que levam a comunidade internacional, de uma maneira geral, à beira dos nervos. Mesmo que seja o meio internacional hierárquico, como defende os realistas do campo das relações internacionais, constantes são as quebras de braços entre grupos econômicos e estatais que parecem buscar ditar as regras do mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Geopolítica. Poder. Estados. Relações internacionais.

GEPOLÍTICA Y LAS RELACIONES ECONÓMICAS Y DE PODER EN LA ESFERA INTERNACIONAL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS DE UN MUNDO INESTABLE

RESUMEN: El presente trabajo científico tiene como propósito presentar los principales conceptos de Geopolítica, analizando de manera crítica la distancia existente entre teoría y la realidad que envuelve las relaciones entre los diversos actores globales, representados por los Estados (que se entiendan los países). Para tanto, la revisión de literatura será fundamental para que se pueda pasear entre las contribuciones traídas por expertos de esa área relativamente joven de las Ciencias Sociales y, más, aprehénderlas de manera más profundada a partir de una reflexión que se pretende aquí desarrollar. Traer los aportes históricos para el escenario actual del medio internacional será una estrategia para que la comprensión permita extrapolar lo que muchas veces no somos acostumbrados a desarrollar cuando estamos bajo una media que se vuelve exclusivamente para los principios euro y norteamericano-céntricos. Se destacará aún lo cuan el mundo, al paso que cada vez más tornarse multilateral, puede tender – en algunos momentos más y, en otros, menos – para inestabilidades que llevan la comunidad internacional, de una manera general, a preocupaciones extremas. Mismo que sea el medio internacional anárquico, como defiende los realistas del campo de las relaciones internacionales, constantes son las tensiones entre grupos económicos y estatales que parecen buscar dictar las reglas del mundo.

PALABRAS-CLAVE: Geopolítica. Poder. Estados. Relaciones internacionales.